



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

RECONFIGURAÇÃO DO URBANISMO NO BRASIL: ALGUNS FUNDAMENTOS SOCIAIS DA
PARTICIPAÇÃO ACADÊMICA

Pedro Novais (IPPUR/UFRJ) - pedrodenovais@gmail.com

Professor Adjunto

Reconfiguração do Urbanismo no Brasil: Alguns Fundamentos Sociais da Participação Acadêmica

LIMA JUNIOR, Pedro de Novais (pedrodenovais@gmail.com) / Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR/UFRJ /
Professor Adjunto

Resumo

Discutem-se as articulações de acadêmicos do urbanismo no Brasil, diante do processo de afirmação dos Projetos Urbanos, práticas de intervenção sobre o território que se baseiam em operações pontuais, geralmente tidas como importantes para suscitar o desenvolvimento econômico e social. Havendo recebido ampla aceitação em diferentes países, no Brasil tais práticas têm permitido uma renovação na disciplina urbanística, atestada pela crescente produção bibliográfica que inclui análises de experiências, além de textos apologéticos ou críticos. A análise deteve-se sobre a produção bibliográfica, da qual foram recuperadas indicações sobre filiações intelectuais e as principais referências dos autores. Também foram coletadas informações sobre carreiras individuais, bem como sobre as instituições de vinculação, entre outros elementos objetivos que ajudam a configurar o campo da produção teórica. Os dados foram cruzados com o propósito de gerar mapas de relações sociais e permitir um panorama do processo pelo qual têm sido construídas as teorias urbanísticas que informam as novas práticas.

Introdução: mudanças no planejamento urbano e revisão no urbanismo

Desde meados dos anos 80 assiste-se ao surgimento de iniciativas que, valendo-se de intervenções pontuais e significativas sobre o espaço físico da cidade, pretendem incitar processos de desenvolvimento urbano. A essas iniciativas, apresentadas por um conjunto de práticas e discursos relacionados aos modos de intervenção, tem-se dado o nome *Projeto Urbano*. A denominação, conforme sugere Ingallina, evidencia uma idéia em processo de construção.¹ Sua força advém da referência combinada entre a noção de 'projeto', que conota um modo de ação onde coexistam inúmeras iniciativas, e a de 'urbano', indicativa de um contexto socioeconômico complexo. As duas noções sugerem que a prática deixa o domínio dos arquitetos e envolve múltiplas disciplinas (2001, p.99).

Geralmente os Projetos Urbanos são apresentados como sendo capazes de prover soluções a um conjunto de problemas sociais e econômicos, culturais e ambientais com que se deparam as aglomerações urbanas nesse início de milênio. Essa pretensão, apoiada na referência a uma variedade de novos instrumentos de escrutínio e intervenção na realidade, supõe uma visão de cidade que vai além da abordagem formalista. Resgata-se, conforme alguns autores, uma linha de análise e ação que remete aos antecedentes do surgimento da urbanística no século XIX: conforme observa Choay (1989; p.10), naquele período, os efeitos da revolução industrial sobre o tecido urbano, ao desestruturar a organização espacial existente, permitiram romper com a adesão a seus conteúdos semânticos, fazendo despertar um estranhamento sobre o fato urbano. Cumulativamente, a preocupação com as questões sanitárias e com as soluções para os transportes e a comunicação nas aglomerações urbanas daria início a novas formas de ver — institucionalizadas na forma de disciplinas (RONCAYOLO, 1992) — e intervir na cidade, desde então passível de ser destacada de seu contexto e concebida como um objeto de atenção, sujeito ao exame crítico. Nessa linha, distinguindo os Projetos Urbanos das práticas de “embelezamento”, Tsiomis (1996) faz referência às operações urbanísticas de Haussmann em Paris a fim de tratá-los como “*estratégia[s] de reconquista da cidade*”

No Brasil, a história recente do urbanismo e do planejamento urbano revela a cidade sendo tratada como lugar da produção de desigualdades sociais (RIBEIRO, 2001; VAINER, 2000). No entanto, a emergência dos Projetos Urbanos, acompanhando os discursos sobre a atração de fluxos de capitais e a competitividade na economia global, indica uma perspectiva diferente, relacionada ao interesse em garantir e sustentar o desenvolvimento local, ainda que sem maior atenção à maneira como os benefícios e os custos serão apropriados por diferentes segmentos da sociedade. Vale-se, para isso, para da ampliação da escala geográfica tomada por referência nas decisões sobre o planejamento urbano e as políticas municipais. A mudança se apóia na asserção de um contexto de transformações no

tecido urbano, relacionadas ao processo de formação de um espaço globalizado. Tomar a escala global por referência implica o reconhecimento de um número crescente de atores em operação, o que torna mais complexo o ambiente sob análise e dificulta os processos decisórios: os Projetos Urbanos são apoiados em múltiplas competências e em negociações não restritas ao Estado. Demandam, assim, maior cuidado na coordenação das diferentes atividades e na gestão das imbricações.

A ampliação da escala espacial implica, assim, a incorporação de uma escala temporal na decisão. Se, conforme lembra Portas, no urbanismo modernista “*não se incluía a noção de tempo*” (1996, p.30) — planos eram elaborados para longos prazos —, os Projetos Urbanos dependem da consideração de condições de factibilidade, inclusive no que diz respeito ao tempo, que não está totalmente determinado ou inteiramente conhecido de partida: trata-se de um processo aberto, com retro-alimentações e abordagens iterativas, pelo qual o projeto está sujeito a freqüentes adaptações.

Os Projetos Urbanos são afirmados em oposição às práticas urbanísticas do modernismo: a cidade é tomada em fragmentos, articulados em um sistema, e seu desenvolvimento não pode ser totalmente antecipado, como se dependesse da intervenção de um único e onipotente ator, o Estado. As novas práticas do urbanismo e do planejamento urbano e os conceitos e representações a elas associados — a idéia de rede e sistema aberto, as noções de processo e ‘complexidade’ (VIRILIO, 1993; TSIOMIS, 1996) — constituem, relativamente ao processo de estranhamento descrito por Choay (1989), evidências de uma outra mudança de mentalidade no que diz respeito à cidade. Um novo olhar que demanda novas formas e instrumentos de intervenção: os métodos modernistas para lidar com a cidade já não convêm à realidade do mundo globalizado.

De um modo geral, a análise dessas práticas tem se detido na correlação entre as condições objetivas e inter-subjetivas que estruturam o mundo contemporâneo (HARVEY, 1990; ARANTES; 1998, 2000). Os analistas tendem, porém, a desconsiderar a dimensão cultural do processo, isto é, os atores e autores que, em trabalho simultaneamente político e teórico, originalmente de crítica às propostas modernistas para a cidade, as defendem e elaboram: em oposição aos urbanistas e planejadores tradicionais e à gestão normativa e burocrática da cidade, advogam para si uma maior competência analítica e prospectiva capaz de apresentar respostas coerentes para os desafios que a cidade enfrenta, conforme a representação corrente do mundo contemporâneo.

Este artigo é produto de uma pesquisaⁱⁱ que procura, através de uma análise da bibliografia sobre o urbanismo contemporâneo no Brasil, dar visibilidade ao espaço social onde emergem os discursos associados à noção de Projetos Urbanos. Com isso entende-se

ser possível apontar algumas das condições da reflexão e relativizar as propostas que aspiram recortar as novas práticas como constituindo um recorte disciplinar próprio do urbanismo na atualidade.

As críticas ao urbanismo modernista e ao planejamento integrado

Por identificar a aparente irracionalidade do espaço urbano como responsável pelo que se designava crise, desordem e ineficiência, o urbanismo modernista, voltava-se para a reorganização espacial da cidade em zonas funcionais: forma racional para enfrentar contradições sociais (SOUZA, 2001). A inauguração de Brasília, em 1961, constituiu sua maior realização no Brasil e, pode-se dizer, o início de seu declínio: Durand (1985, p.295) afirma que pouco após a inauguração da nova capital encerrou-se a fase idílica da arquitetura brasileira, quando as encomendas estatais dinamizavam a arquitetura e o urbanismo modernistas. Posteriormente, a ditadura, a política universitária, a atuação do Banco Nacional da Habitação e a repressão policial dificultaram a reprodução das hierarquias de prestígio que garantiram a receptividade do modernismo no país.

Internacionalmente, os trabalhos de Jacobs (2000) Rossi (2001), Choay (1965), Lefebvre (1970; 1974), Debord (1997), entre outros, contribuíram para colocar sob suspeita as realizações modernistas e para questionar a racionalidade simplificada, princípio ordenador do processo de decisão, que caracterizava o movimento moderno. No entanto, a ditadura brasileira permitiu uma sobrevida ao *urbanismo de plano* ao centralizar em nível federal o sistema de planejamento e distribuição de recursos governamentais, ao tratar a questão urbana como um problema da *técnica* — e não da *política* — e ao tomar, como principal instrumento urbanístico para o nível municipal (SERRA, 1991, p.77; ROLNIK, 1990), o Plano Diretor. Este seria instrumento de coordenação do processo decisório e da implementação de ações, fazendo-as convergir para os objetivos comuns, definidos na esfera política (SERRA, 1991; p.147). O foco estritamente físico-territorial, prevalecente nas práticas de intervenção sobre o espaço urbano, passou a ser mais abrangente; tentativa de articular políticas públicas de desenvolvimento social e econômico. Desse modo, equipes multidisciplinares vieram a substituir as anteriormente dominadas por arquitetos e engenheiros.

Os anos da ditadura viram crescer o aparelho estatal de planejamento do território: agências foram criadas e substituídas, técnicos foram contratados e capacitados, instituições de ensino em planejamento urbano e regional foram estabelecidas. Formaram-se, no período, técnicos que pensavam a cidade e dispunha de instrumentos específicos

para tal: métodos seleção, coleta e análise de dados; técnicas para a elaboração de planos; instrumentos, especialmente os legais, para a consecução de objetivos.

Conforme diversos autores (SERRA, 1991; SOUZA, 2001; ROLNIK, 1990; entre outros), os planos não tinham legitimidade a nível local — elaborados, como eram, nos escritórios de empresas consultoras, geralmente de outros municípios — o que contribuiu para que fossem desprezados. Rolnik observa que,

“os planos reiteravam padrões, modelos e diretrizes de uma cidade racionalmente reproduzida [... enquanto] o destino da cidade ia sendo negociado, dia-a-dia, com os interesses econômicos, locais e corporativos através de instrumentos como cooptação, corrupção, lobby ou outras formas de pressão utilizadas pelos que conseguiam ter acesso à mesa centralizada de decisões” (1990).

Além disso, de acordo com Serra,

“a partir de meados dos anos 70, a fundamentação ideológica do planejamento centralizado começa a ser menos utilizada pois, aparentemente, o regime [ditatorial] se acha legitimado pelos seus próprios sucessos. Inicia-se um período de arbítrio franco, que somente será mitigado nos últimos seis anos, quando o fracasso da administração federal torna-se evidente e os sinais de uma crise profunda já não podem mais ser escondidos” (1991, p.149).

Apesar das críticas, o efetivo declínio do urbanismo de plano, pode-se dizer, só aconteceu no Brasil nos anos 1980, com o crescente interesse em formas participativas de decisão, com o agravamento da crise econômica e o desmantelamento do sistema centralizado de planejamento, sem a afirmação dos sistemas municipais ou estaduais correspondentes. Pelo contrário, aos poucos a idéia de planejamento perdeu pulso. No Rio de Janeiro seu esgotamento foi marcado pelo fim da discussão sobre a região metropolitana em 1988 (NACIF em entrevista a FREIRE & OLIVEIRA, 2002, p.172).

Deve-se lembrar que os técnicos formados em planejamento urbano puderam ser acionados quando a Constituição de 1988 trouxe à cena, mais uma vez, o Plano Diretor. No entanto, os cursos de planejamento urbano instalados no Brasil haviam mudado o foco: concebidos para treinar planejadores para o exercício profissional, dedicaram-se posteriormente ao desenvolvimento de uma consciência crítica sobre a dimensão política dos processos urbanos e regionais (RANDOLPH, 2008).

O aparecimento de novos modelos para orientar a intervenção sobre o espaço urbano — Planos Estratégicos, City-Marketing, Projetos Urbanos, surgidos a partir do início da década de 1990 — sugere, assim, uma mudança significativa no cenário do urbanismo e do planejamento urbano: redefiniram as prioridades do setor público, demandaram novas formas de apreensão e representação da cidade e do tecido social, e subverteram a lógica

das discussões e das ações. Produziram uma deformação no campo ao funcionarem como mecanismo de redistribuição dos capitais disponíveis, o que permitiu que certos atores dispusessem de condições para interferir e orientar o debate.

Conjuntura profissional: o retorno do arquiteto-urbanista

A inflexão nas práticas foi possível na conjuntura da globalização, em especial, pelo incremento da circulação, em escala mundial, de *experts* e modelos de ação relacionados ao planejamento do território em tempos de competição entre lugares. Essa conjuntura contribuiu para uma conformação particular do campo profissional da arquitetura e urbanismo no Brasil, que se poderia descrever, no fim dos anos 80, como cindida entre os arquitetos *stricto sensu* ('puros', 'de prancheta') e os envolvidos com o planejamento urbano. Identidades profissionais antagônicas, reconhecidas pelo senso comum e encontradas em estado latente no campo profissional, espelham as diferentes origens e trajetórias sociais dos que ingressam na atividade, sendo perpetuada por mecanismos informais de seleção: por exemplo, o conceito e a expectativa de realização profissional, ou ainda, a maior facilidade para conseguir trabalho assalariado, para os planejadores ou urbanistas, em comparação ao capital financeiro e de relações sociais requeridos para o estabelecimento de um escritório de arquitetura com uma razoável carteira de clientes, no caso dos arquitetos propriamente ditos

No extremo — no *continuum* aqui concebido as gradações são infinitas —, os ligados ao projeto de arquitetura, interessam-se por questões formais ou conceituais, sendo geralmente identificados por sua associação à dimensão artística ou especulativa da arquitetura e do urbanismo. Valem-se de um *habitus* constituído na graduação que os inclinará à percepção ambiental (a imagem da cidade) como método de análise, e à intervenção física como instrumento da intervenção. Trabalham em escritórios de projetos, muitas vezes próprios, onde coordenam uma equipe multidisciplinar, cujos profissionais — subcontratados ou parceiros, em geral subordinados — executam 'projetos complementares'. Os do planejamento urbano, apoiados na norma, interessados em temáticas sociais e envolvidos com as questões da prática — desse modo, identificados, pelos primeiros, com trabalho banal — são, em geral, funcionários de empresas públicas, pois, como lembra Helia Nacif, arquiteta formada em 1973 na UFRJ (ex-secretária de urbanismo do Rio de Janeiro), "*na parte do urbanismo, então [quando essa divisão atinge o seu auge], não havia como não trabalhar para o Estado, ou com o Estado*" (entrevista a FREIRE & OLIVEIRA, 2002, p.169). Assalariados, trabalhando com colegas, e não com subordinados, a posição do arquiteto tendia, portanto, a ser marginalizada diante de geógrafos, sociólogos e economistas, de cujos métodos e instrumentos analíticos dependem

para apreender a cidade: dados quantitativos, sobre os quais se pode garantir controle lógico.

Pode-se dizer que os arquitetos *stricto sensu* encontravam-se em posição ainda mais periférica no debate urbanístico, posto que, além de não dominar o instrumental para pensar a questão urbana em termos da dinâmica e não da forma — motivo pelo qual eram desprezados pelos planejadores —, também enfrentavam a crescente presença estrangeira diretamente, função dos consultores em circulação internacional, indiretamente, pela formação, no exterior, de técnicos e intelectuais na área. De qualquer modo, essa configuração dicotômica do universo profissional, ambientada numa época em que o Estado era tido como o ator central da política urbana, é que permite compreender a acolhida dos *Projetos Urbanos*. Eles implicaram a ruptura com divisões previamente estabelecidas e permitiram que os papéis coadjuvantes do arquiteto ou do urbanista no planejamento urbano fossem reunidos, na figura do arquiteto-urbanista, reforçando sua posição diante de outros profissionais no país ou de concorrentes estrangeiros. Deve-se lembrar que a acolhida fez emergir ou acentuou uma tensão presente no campo, manifesta nas tentativas de estabelecer as terminologias ‘desenho urbano’ ou ‘projeto urbano’ (VASCONCELLOS, 2006), formas diferentes de conceber o urbanismo. O domínio teórico das novas práticas, pode-se sugerir, é transformado em arma na disputa teórica e profissional.

O discurso dos arquitetos-urbanistas e a demanda por fundamentação teórica

A adoção de uma perspectiva nova no urbanismo, verdadeiro processo de conversão, implicou uma “*maneira de agir [...] que marca[...] um momento de transição entre a maneira tradicional de pensar o urbanismo e uma nova abordagem, menos rígida e mais aberta às transformações e aos debates*” (INGALLINA, 2001). Ela foi acompanhada da reformulação do discurso que incluía não apenas a crítica aos modelos tradicionais, isto é, o urbanismo do plano, mas também a apologia a experiências internacionais — Barcelona como exemplo — e a recepção de algumas práticas e modelos estrangeiros (o planejamento estratégico, o marketing de cidades, entre outras, surgidas no início dos anos 90).

A crítica dirigia-se, sobretudo, ao caráter normativo e generalista dos planos. A norma é considerada um anacronismo em tempos em que as rápidas mudanças exigem flexibilidade. Ao mesmo tempo, o tratamento generalista da cidade, é tido como problemático por ignorar as especificidades dos diferentes lugares que constituem a cidade: em oposição ao interesse exclusivo na infraestrutura e ao urbanismo baseado na legislação, a questão da forma urbana voltava a ter importância. Assim, por exemplo, deu a entender Helia Nacif que tendo por referência a ordem estética, afirmou que “*a lei urbanística do Rio*

de Janeiro era geral e não condizia com as características do bairro [de Laranjeiras]” (p.171). Conclui dizendo “*que o que vemos hoje no Brasil é a falência do urbanismo. Todas as cidades brasileiras cresceram de uma forma muito feia; contra todos os planos de organização, o que se vê é uma desorganização generalizada*” (entrevista a FREIRE & OLIVEIRA, 2002, p.184).

O conflito de posições que se instaurava tomou a forma de disputas quanto à atualidade das diferentes posições: os da ação e prática versus os acadêmicos e teóricos. O primeiros, que adotavam o discurso do novo, se proclamavam realistas e pragmáticos e criticavam os demais como utópicos, pautados em ideologia. Conforme a avaliação de Nacif, em geral sujeitavam o processo de decisão a discussões prolongadas (que impossibilitavam acompanhar a dinâmica de transformação urbana), enquanto os “*institutos acadêmicos do Rio*”, em particular, se mantiveram como guardiões de uma visão limitada e “*equivocada*”, dissociada da realidade ambiental urbana (entrevista a FREIRE & OLIVEIRA, 2002, p.178; 184).

Os discursos que se disseminam nesses primeiros períodos de mudanças carecem de conteúdo; apóiam-se na força simbólica associada à origem e aos agentes de sua veiculação. Maneiras de objetivar conhecimentos ainda intuitivos, não suprem a necessidade de formas mais consistentes, mais logicamente estruturadas, capazes de sustentar e conduzir as novas práticas. Estas só seriam encontradas em um corpo teórico sistematizado, alinhado com as novas representações sobre o mundo contemporâneo, o que ainda não estava disponível no Rio de Janeiro, no início dos anos 1990, quando retornaram as encomendas estatais para projetos urbanísticos.

Em entrevista ao autor, um dos sócios de conhecido escritório de arquitetura do Rio de Janeiro, que participou dos projetos para o programa Rio-Cidade, depois de afirmar, a importância do Arquiteto para pensar o espaço urbano (que “*o arquiteto é um profissional que trabalha no espaço urbano também*”) — ainda que não houvesse trabalhado até então com projetos urbanísticos — observou que não havia entre diversas equipes contratadas, base conceitual atualizada para trabalho nessa escala. Perguntado sobre a consolidação e consistência do aparato que apoiava a tomada de decisões nos projetos em pauta, sugeriu que o arcabouço teórico, cujas bases encontram-se nas críticas ao modernismo, ainda estava em construção:

“Não digo uma consistência, mas uma preocupação e um pensamento [...], pela crítica à arquitetura moderna e ao urbanismo moderno, enfim, [...] toda a leitura que a gente tem, por exemplo, do Rossi, ou do Kevin Lynch e de outros teórico, do Alexander, pessoas assim começaram a questionar o espaço moderno, tudo isso vem quando a gente está trabalhando com arquitetura, mas ela está fundamentalmente direcionada para a cidade”.

Os arquitetos nomeados (Rossi, Lynch e Alexander) estabeleceram as bases para o enfrentamento ao urbanismo modernista em meados dos anos 1960, “*chegaram tardiamente*” no Rio de Janeiro (conforme lembrou o entrevistado) e constituem a base teórica, ainda hoje muito comum, nos cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo no país.

A institucionalização de novas práticas urbanísticas: o lugar da literatura

A demanda por fundamentação teórica vai encontrar oferta correspondente quando surgiram instituições de ensino envolvidas na renovação do urbanismo, como o Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB) da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro, criado em 1993, mesmo ano de lançamento do Programa Rio-Cidade e outras novidades — o Favela-Bairro e o Plano Estratégico do Rio de Janeiro — que se estabeleceram como referências e deflagraram um conjunto de iniciativas acadêmicas voltadas para sobre elas refletir, emprestar-lhes sentido e garantir a disponibilidade de competências para implementá-las. O foco não é mais a formação, entre os planejadores, de uma consciência crítica quanto à ação do Estado e ao sentido do planejamento, mas a de urbanistas proativos, conforme indica a “Proposta do Programa”,

“[...] visa responder à necessidade de pesquisa neste campo do conhecimento, e atende à demanda de formação e capacitação docente e de profissionais habilitados a atuar nos processos de intervenção e configuração do espaço da cidade”ⁱⁱⁱⁱ

A introdução do debate na Academia vai conduzir a questão por caminhos propriamente acadêmicos: os artigos, as dissertações e teses, como expressão das disputas e afirmações no campo, servirão para constituir um pensamento sobre o tema no país e alimentar as experiências. A literatura constitui, por isso, eixo de investigação capaz de revelar as características do lugar onde se produz teoria. As evidências sugerem-na como elemento fundamental por meio do qual acadêmicos se organizam a fim de elaborar, dar sentido e prover respostas à questão urbana: ao garantir o registro histórico dos acúmulos de conhecimento e evidenciar os movimentos teóricos e as movimentações sociais, a produção bibliográfica se torna referência e lugar de reconhecimento para os agentes constituintes do campo. Conforme será descrito adiante, com base nas referências apontadas e na ocupação de espaços institucionais e de produção literária, foram identificados autores e instituições, as relações que estabelecem entre si e as referências intelectuais nas quais se apóiam (BOURE, 1993).

Articulações intelectuais, conforme evidenciadas na pesquisa

Com a investigação empírica procurou-se encontrar as relações objetivas a estruturar o universo social onde as teorias são construídas. Trabalha-se com a noção heurística de campo: “*um espaço de jogo, um campo de relações objetivas entre indivíduos ou instituições que competem por um mesmo objeto*” (BOURDIEU, 1983). Para a construção (cartografia) do espaço de relações no qual se afirmam os Projetos Urbanos a pesquisa se apóia em informações disponíveis na literatura sobre o tema (livros, anais, artigos). A análise desses dados permite reconhecer os atores, identificados por suas posições e condições sociais, e pela maneira como estabelecem na formação do campo, ou seja, o *sujeito epistêmico*, isto é, construído a partir de um conjunto definido de propriedades que o posicionam num espaço controlado, definido pelas diferenças entre os indivíduos.

Consideradas as primeiras publicações relevantes sobre o tema no Rio de Janeiro, identificaram-se são dois os possíveis pontos pelos quais se pode adentrar o universo intelectual considerado. O primeiro deles é o livro *Cidade e Imaginação* (MACHADO & VASCONCELLOS, 1996), coletânea de trabalhos prefaciada por Luiz Paulo Conde, então Secretário de Urbanismo no Rio de Janeiro, três anos após a criação do PROURB. O outro eixo de entrada na temática, selecionado para o início da parte empírica da pesquisa, é a obra *Urbanismo: Dossiê São Paulo - Rio de Janeiro* (SCHICCHI & BENFATTI, 2004). Trata-se de edição especial da revista *Ocolum*, que reúne ensaios de pesquisadores do Rio de Janeiro e de São Paulo, sobre temas emergentes em planejamento e gestão do território. A publicação registra, com isso, alguns dos caminhos de consolidação da temática, motivo pelo qual foi escolhida.

Procurou-se reconhecer primeiramente o perfil dos autores, a fim de identificar disposições a orientar as posições teóricas: os idiomas que dominam, as relações acadêmicas priorizadas, entre outros aspectos que caracterizam a formação de seus *habitus* intelectuais. Também foram consideradas as referências bibliográficas, que indicam a literatura que conhecem, as influências comuns, as referências circulares. Finalmente, buscou-se verificar as relações objetivas entre os autores: participação em bancas, orientações, co-autoria de artigos.

Perfil dos autores

A análise do perfil dos autores, necessária para a verificação das determinantes sociais para a renovação do debate sobre o urbanismo, apoiou-se na base Lattes do CNPq. Em sua maioria os autores são arquitetos, graduados em grandes universidades nos anos 70, ou seja, quando começava a ser questionada *hegemonia* modernista e renovadas as

cadeiras ocupadas pelos simpatizantes do movimento moderno. A maioria tem título de Mestrado ou Doutorado de instituições brasileiras (USP e UFRJ).

FORMAÇÃO		TITULAÇÃO	
DÉCADA	CURSO	MESTRADO	DOCTORADO
1960	Arq. e Urbanismo	USP	USP
1970	Ciências Sociais	UFRJ	UFRJ
1980	S/I	UNICAMP	UNICAMP
1990	Arquitetura	FGV-SP	U. Paris
2000	Filosofia	FGV-SP	U. Paris XII
	Eng. Civil	UFSC	U. Quebec
	História	U. Paris	U. Paris
	Direito	U. Cornell	U. Cornell
		U. Londres	U. Cambridge
		U.A. de Veneza	U. Londres
			U. Nova York

GRÁFICO 1 - Formação acadêmica e titulação dos autores

Mantém atividades profissionais em grandes universidades (entre os 28 autores 11 atuam no Estado do Rio de Janeiro e 17 no Estado de São Paulo) e são fluentes, em maior grau o inglês e o francês; em terceiro lugar o espanhol. Trata-se de capital cultural que orienta suas disposições diante do tema: o idioma dominado delimita a literatura à que tem acesso e, assim as questões e abordagens que têm possibilidade de emergir. A diferença é significativa se considerado que na bibliografia utilizada pelos autores, a crítica venha dos países de língua inglesa, enquanto que a apologia encontra-se sobretudo em francês e espanhol.

Características da bibliografia utilizada nos textos

A literatura francesa foi base para um dos autores do Rio de Janeiro, que só tem em comum com os demais a referência a François Ascher. O inglês é predominante entre as referências em outra língua, sendo que três autores (todos de São Paulo) demonstram grande conhecimento dos textos anglo-americanos. A literatura empregada sugere também articulações internacionais, que não apenas servem de canal para experiências e modos de pensar estrangeiros, mas que garantem certa transferência de capital simbólico pela associação entre pesquisadores locais e do exterior.

O português é a língua da ampla maioria das referências. Embora isso possa sugerir a autonomia que a discussão tem ganhado no Brasil, deve-se notar que, no processo de

construir teorias, os autores estão se valendo do que há disponível e, além do mais, no caso do livro analisado, há certa atenção a casos empíricos.

Quanto aos locais onde os textos de referência foram publicados, são, em sua maior parte, no Brasil: São Paulo (118) e Rio de Janeiro (69). Trata-se, mais uma vez, não do recurso a bibliografia brasileira consolidada no tema — ela ainda é incipiente em 2004 — mas da adaptação de conhecimento acumulado nesse campo às questões em pauta.

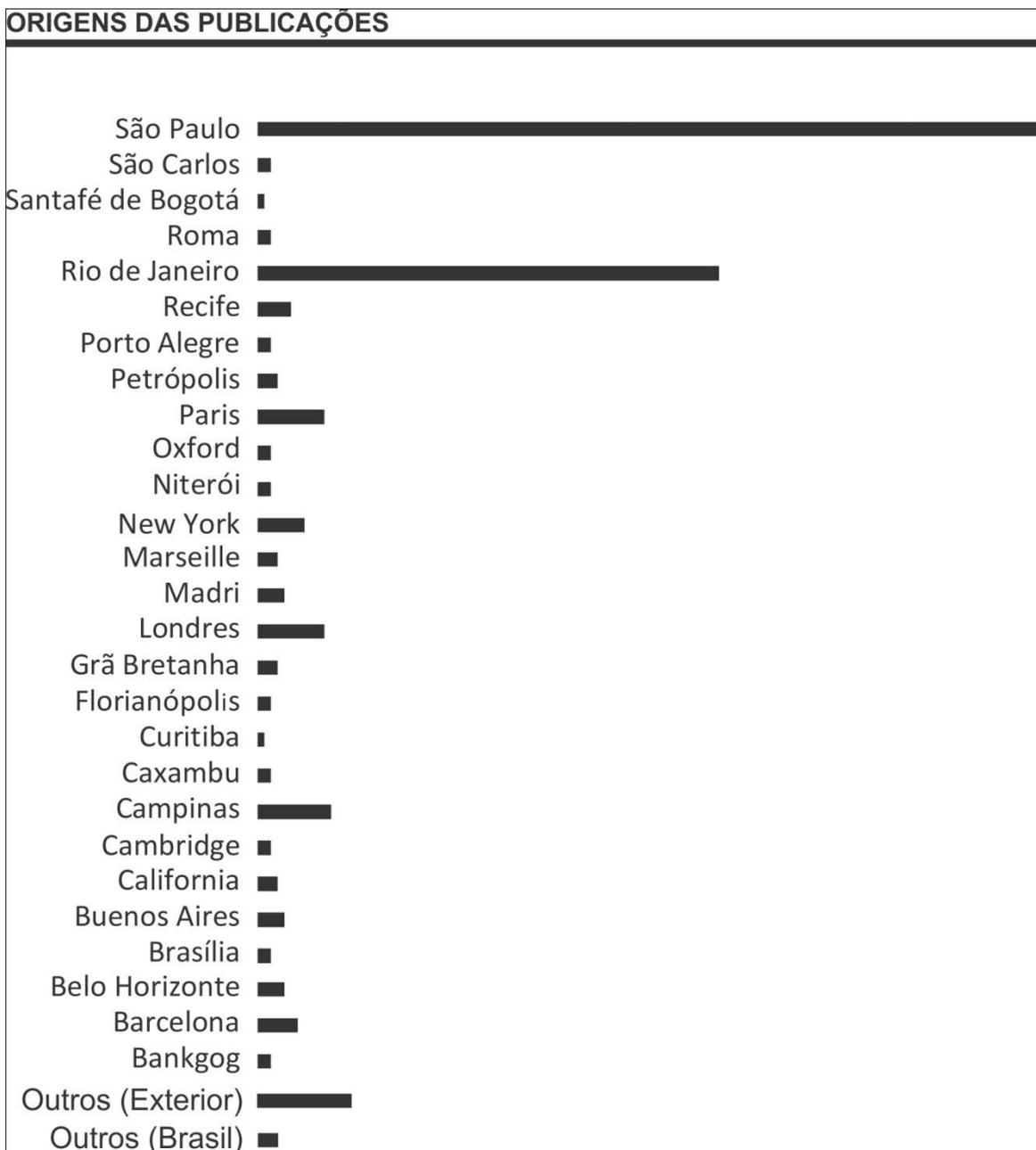


GRÁFICO 2 – Origem geográfica das publicações referidas

Por fim, a grande maioria das publicações às quais se faz referência é recente, e provém de artigos científicos, o que sugere que o arcabouço teórico se apóia em produção contemporânea sobre o urbanismo, fator que reafirma a atualidade do debate.

DÉCADA DE PUBLICAÇÃO DAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

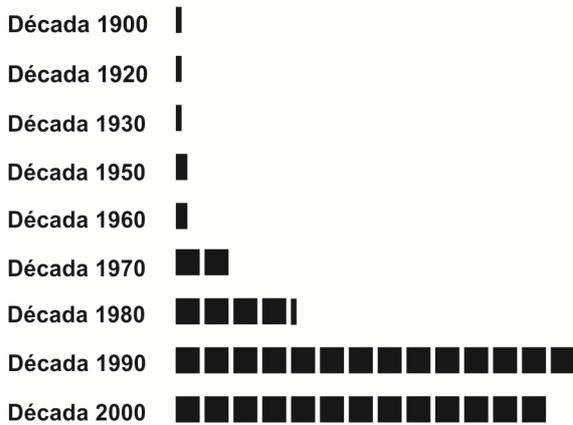


GRÁFICO 3 – Década de publicação das referências bibliográficas empregadas

TIPO DE REFERÊNCIAS

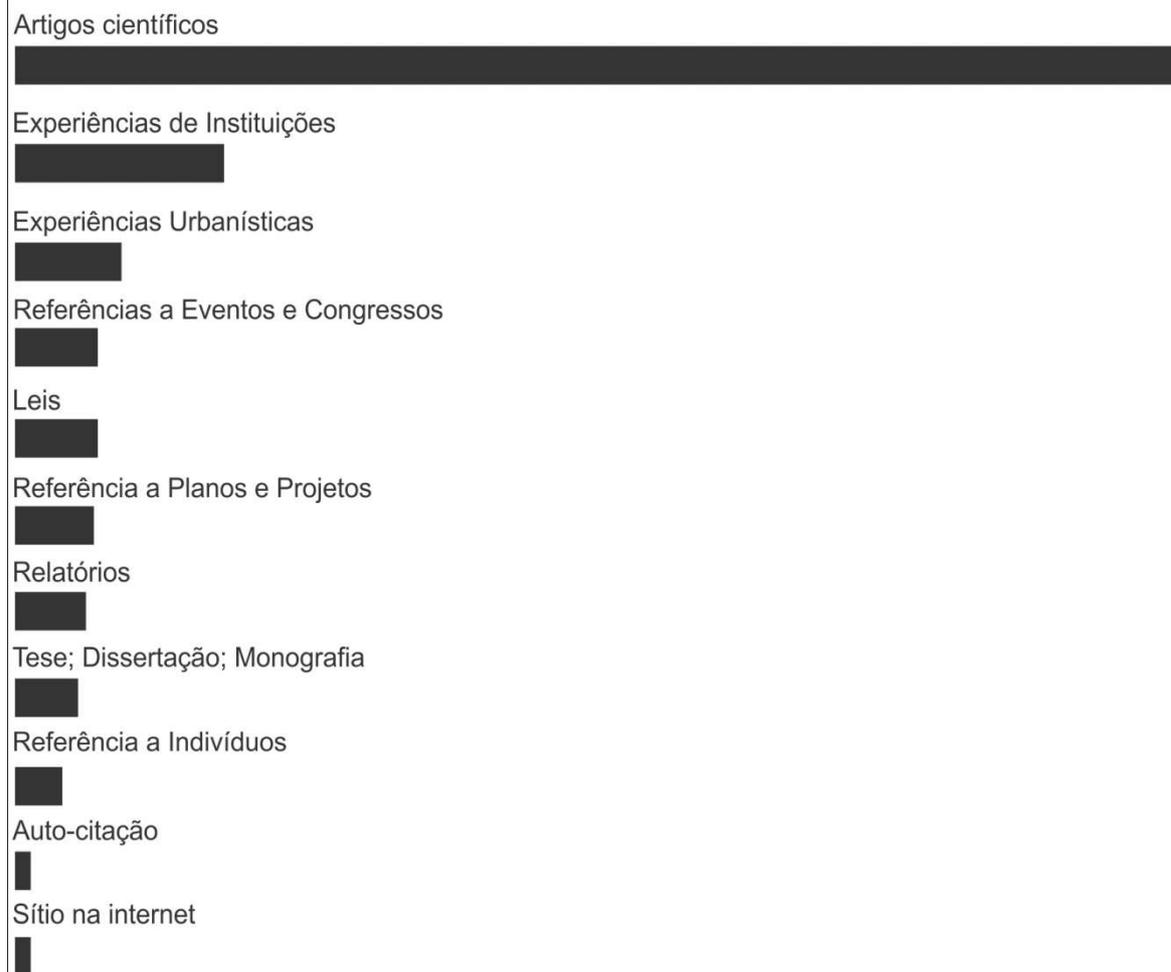


GRÁFICO 4 – Tipo de fonte referida

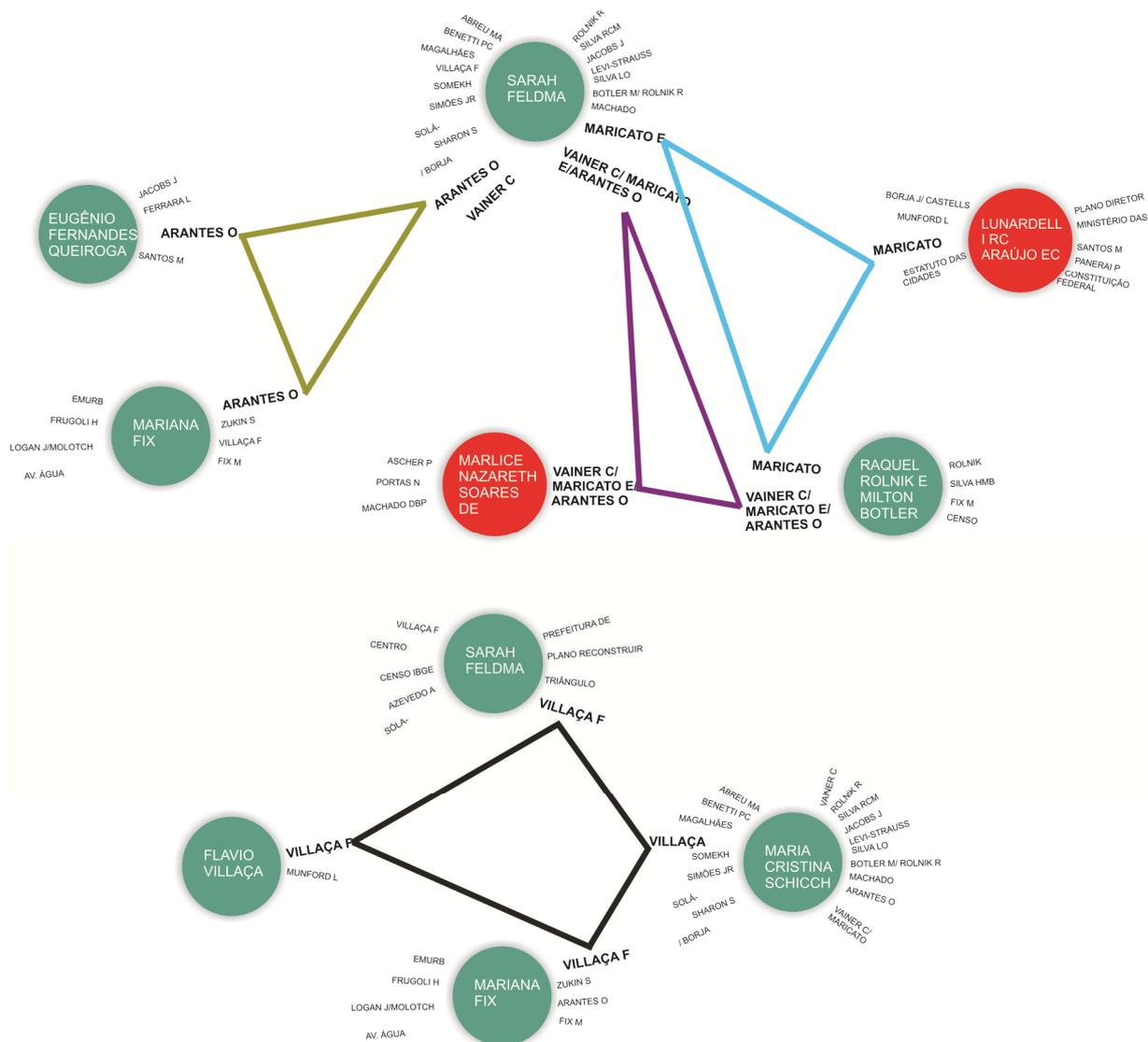
Referências bibliográficas comuns entre os autores

Com base nas referências intelectuais dos autores dos diferentes artigos foram elaborados mapas que buscaram: registrar as referências bibliográficas de cada texto e verificar quando a mesma referência era compartilhada por vários autores. Assim, concebeu-se um pequeno diagrama circular (representativo do *sujeito epistêmico*), de cujo centro irradiam linhas indicativas de cada uma das referências adotadas.

As fontes bibliográficas comuns podem ser verificadas quando se relacionam os diferentes autores às referências indicadas nos textos: a convergência das linhas irradiantes indica correspondência bibliográfica (ver MAPA 1 - Referências comuns a três ou mais autores). Os mapas elaborados indicaram a fragilidade da hipótese inicial, de que seria possível encontrar alguns poucos autores servindo de referência para o campo estudado. De fato, em termos quantitativos, são poucas as referências compartilhadas por pelo menos dois autores: considerando o número absoluto de citações (354) encontradas, 80% não encontram correspondência entre as referências de outros autores e apenas 13% são referidos em dois artigos. Entre os que mais aparecem nos textos estão Sharon Zukin, François Ascher, Nuno Portas — os dois últimos claramente reconhecidos entre os acadêmicos do Rio de Janeiro —, e o livro de Arantes, Maricato & Vainer (escrito por críticos de ambos os estados), e um autor, que recorreu, com frequência (seis vezes), à auto-citação.

Essa ausência indica não existirem referências fortes — atores que detém o monopólio — no campo, o que dá lugar para a emergência de estratégias individuais, evidenciadas pela profusão de títulos referidos, forma pela qual se atesta o domínio de um assunto ou se constrói autoridade sobre um tema, como é o caso de dois autores, um do Rio de Janeiro e outro de São Paulo, que, por apresentarem número significativo de referências bibliográficas comuns aos demais, indicam uma visão abrangente do espaço intelectual. Observação similar quanto a outros autores, indicativa do esforço de domínio intelectual sobre o debate no campo, pode ser feita quando se considera as várias referências aos críticos do urbanismo contemporâneo (Zukin, Arantes et alii., os mais referidos).

O mapa abaixo, mostra o número ainda mais reduzido de citações bibliográficas comuns a três ou mais autores (o número de vértices de cada polígono indica o número de autores que fizeram referência a um mesmo texto).

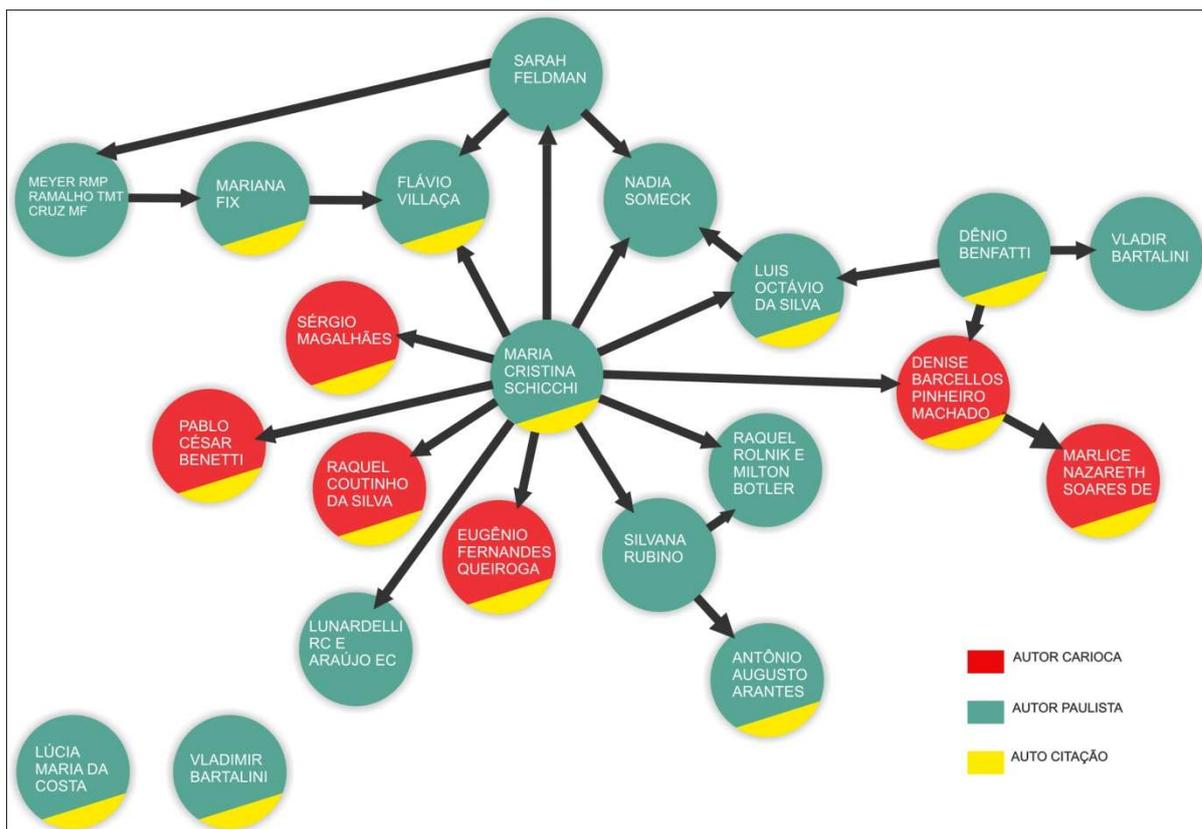


MAPA 1 – Referências comuns a três ou mais autores

Se, por um lado, a cartografia das referências bibliográficas permitiu afirmar a inexistência de poucas fontes em comum, por outro lado, possibilitou perceber uma situação impensada quando do início do trabalho: no mapa que apresenta todas as referências bibliográficas empregadas, alguns autores aparecem isolados dos demais, isto é, sem referências comuns, como se desconhecessem ou considerassem irrelevantes para seus temas mesmo os textos mais conhecidos (isto é, aqueles reconhecidos entre os seus pares). Verificou-se serem representativos de áreas acadêmicas que poderiam ser consideradas periféricas na discussão sobre projetos voltados para o desenvolvimento e a estruturação urbana (por exemplo, a política habitacional, o paisagismo). A participação desses indivíduos indica a tentativa de dar abarcar o tema e dar centralidade à publicação.

No mapa seguinte, encontram-se apenas os autores da coletânea. As setas indicam a referência de um autor ao outro da mesma coletânea (o segmento no círculo indica a auto-

citação, recurso empregado, em diferentes graus, pela maioria dos autores). Busca-se, assim, identificar o grau de reconhecimento mútuo entre autores do Rio de Janeiro e de São Paulo. Nota-se que é pequeno o número de citações entre eles; também são poucos os que poderiam ser considerados as principais referências, isto é, os que mais são indicados pelos outros autores: Flávio Villaça, Nadia Someck e Raquel Rolnik & Milton Botler, de instituições paulistas, os mais referidos pelos outros autores da publicação.



Relações objetivas estabelecidas entre os atores

A análise bibliográfica, que identificou as referências comuns entre os autores, foi precedida por uma análise dos currículos, nos quais foram obtidos dados sobre a formação acadêmica, titulação (capital institucionalizado), atuação profissional, idiomas em que são fluentes, entre outras informações que permitem verificar o capital cultural de cada autor. Porém, a fim de medir a distribuição de capital social — conjunto de relações sociais, que implicam reconhecimento mútuo, no qual os indivíduos estão inseridos e podem acionar — entre os autores, um outro mapa foi construído.

Com base no cruzamento de informações selecionadas dos currículos Lattes foram plotadas as interações entre os autores em diferentes atividades, tais como a organização de eventos e a participação em bancas e em publicações. Os mapas resultantes permitiram

verificar que são poucas as participações conjuntas (em bancas, por exemplo), evidência de que, por um lado, ainda são frágeis as articulações entre os autores, ao mesmo tempo que são fortes os limites institucionais e geográficos: autores de uma mesma instituição participam com mais frequência em atividades comuns do que autores de instituições diferentes, sobretudo se situadas em diferentes estados. Nesse caso, encontraram poucas oportunidades de trabalho conjunto. Também é reduzida a experiência coletiva na produção de artigos: as informações extraídas dos currículos indicam que apenas alguns, todos de São Paulo, têm experiência de co-autoria com outros participantes do livro.

Algumas conclusões

A emergência de práticas identificadas como *Projetos Urbanos* tem suscitado uma reestruturação do campo acadêmico e profissional, uma vez que contribui para a retomada do lugar do arquiteto-urbanista no planejamento do território, ao mesmo tempo que uma deformação no campo... desenho urbano.

Da análise empreendida pôde-se elaborar um primeiro esboço do quadro de intelectuais que tem contribuído para dar legitimidade e sustentação teórica ao urbanismo contemporâneo no país e dar sentido à intervenção do arquiteto na cidade contemporânea. Entretanto, esse quadro — de fato, proposto pelos organizadores da publicação — evidencia uma articulação ainda incipiente do campo intelectual: são poucas as atividades conjuntas, sobretudo se os autores são de diferentes estados: paulistas escrevem ou participam de atividades acadêmicas (bancas, organização de eventos) quase exclusivamente com paulista, assim como os cariocas, que praticamente só trabalham com cariocas.

A distância (entre estados, mas também entre instituições em um mesmo estado, o que implica, em último caso, uma distância intelectual) também se evidencia pelas poucas referências compartilhadas. Sobre o que possuem em comum, pode-se dizer que as publicações mencionadas são recentes, que a maioria se dedica a enxergar os méritos do urbanismo e têm evidente simpatia pelos *Projetos Urbanos*, ainda que as referências mais comumente encontradas sejam de críticos dos caminhos tomados pelo urbanismo contemporâneo.

Verificou-se, também, pela presença de referências comuns, uma conformação segmentada do espaço de debates: os autores se organizam em “regiões” do pensamento urbanístico (forma urbana, paisagismo, políticas públicas, entre outros). Na maioria dos casos as regiões encontram-se relativamente bem articuladas entre si, isto é, as referências evidenciam o reconhecimento de um substrato próprio do que se conhece como urbanismo.

Porém, em alguns casos, verificam-se autores “isolados” do debate, participantes de um “diálogo de surdos”, que não contribuem para a pretensão de construir uma visão abrangente sobre a disciplina.

A conformação regionalizada e fragmentada — fundada em matrizes teóricas diversas, eventualmente incongruentes —, o desconhecimento mútuo, apesar do reconhecimento da crítica, a cooperação intelectual quase inexistente, são representativos de um espaço intelectual em processo de formação e de um arcabouço teórico ainda não consolidado.

Bibliografia

- BOURE, R. Sociologie des revues de sciences sociales et humaines. *Réseaux: communication, technologie, société*, n.58, mars-avril, p.91-105. 1993.
- CHOAY, F. *O urbanismo: utopias e realidades: Uma antologia*. São Paulo: Editora Perspectiva. 1965.
- CHOAY, F. *The modern city: planning in the 19th century*. New York: George Braziller. 1989.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.
- DURAND, J. C. *Arte, Privilégio e Distinção: Artes Plásticas, Arquitetura e Classe Dirigente no Brasil, 1855/1985*. São Paulo: Editora Perspectiva / Editora da Universidade de São Paulo. 1985.
- FREIRE, A., & OLIVEIRA, L. L. (Eds.). *Capítulos da memória do urbanismo carioca*. Rio de Janeiro: Folha Seca. 2002.
- INGALLINA, P. *Le Projet Urbain* (2^{ème} ed.). Paris: Presses Universitaires de France. 2001.
- JACOBS, J. *Morte e vida nas Grandes Cidades*. São Paulo, Martins Fontes. 2000.
- LIMA JUNIOR, P. N. *Uma Estratégia chamada "Planejamento Estratégico": deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento*. Rio de Janeiro, 7Letras. 2010.
- LEFEBVRE, H. *Du rural à l'urbain*. Paris: Anthropos. 1970.
- LEFEBVRE, H. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos. 1974.
- MARQUES, S. *Les professions de l'urbanisme au Brésil*. Unpublished Doutorado, École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris. 1995.
- MERLIN, P., & CHOAY, F. (Eds.). *Dictionnaire de l'urbanisme et de l'aménagement* (Deuxième édition ed.). Paris: Presses Universitaires de France. 1996.

- RANDOLPH R. *A nova perspectiva do planejamento subversivo e suas (possíveis) implicações para a formação do planejador urbano e regional – o caso brasileiro*. Artigo apresentado no X Coloquio Internacional de Geocrítica - Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008, Barcelona. 2008.
- RIBEIRO, L. C. D. Q. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In I. Sachs, J. Wilhelm & P. S. Pinheiro (Eds.), *Brasil: Um Século de Transformações* (pp. 133-161). São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- ROLNIK, R. Cidade: Planejamento Urbano - Morar, atuar e viver. *Revista Teoria e Debate*(janeiro/fevereiro/março). 1990.
- ROSSI, A. *A Arquitetura da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- SCHICCHI, M. C., & Benfatti, D. (Eds.). *Urbanismo: dossiê São Paulo - Rio de Janeiro*. Campinas: PUCCAMP / PROURB. 2004.
- SERRA, G. *Urbanização e centralismo autoritário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Nobel. 1991.
- SOMEKH, N; Campos Neto, C.M. *Desenvolvimento local e projetos urbanos*. *Arquitextos*, São Paulo, 05.059. ano 05, abr 2005.
- SOUZA, N. R. D. Planejamento urbano em Curitiba: saber técnico, classificação dos cidadãos e partilha da cidade. *Revista de Sociologia Política*, 107-122. 2001. Acesso em 12/02/2008-12-02 (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782001000100008&lng=en&nrm=iso).
- TSIOMIS, Y. Projeto Urbano, Embelezamento e Reconquista da Cidade. In D. B. P. Machado & E. M. D. Vasconcellos (Eds.), *Cidade e Imaginação* (pp. 24-29). Rio de Janeiro: UFRJ/FAU/PROURB. 1996.
- VAINER, C. B. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In O. Arantes, C. B. Vainer & E. Maricato (Eds.), *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos* (pp. 75-103). Petrópolis: Vozes. 2000.
- VIRILIO, P. *O Espaço Crítico e as Perspectivas do Tempo Real*. Rio de Janeiro: Editora 34. 1993.
- VASCONCELLOS, Lélia. Projeto urbano – um novo termo para definir intervenções na cidade? In: DO AMARAL E SILVA, Gilcéia e ASSEN DE OLIVEIRA, Lisete (org.) *Simpósio A Arquitetura da Cidade nas Américas. Diálogos contemporâneos entre o local e o global*. Florianópolis: PGAU-Cidade/ UFSC, 2006.

ⁱ Uma indicação nesse sentido é que a primeira edição (1988) do “*Dictionnaire de l’urbanisme et de l’aménagement*” não conta com o verbete ‘*projet urbain*’, que só aparecerá na segunda edição (MERLIN & CHOAY, 1996).

ⁱⁱ Em versões anteriores, o trabalho contou com o apoio dos seguintes arquitetos, então estudantes de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Viçosa – UFV, ou da Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF: Letícia Cardoso Costa (UFV, bolsista PIBIC-CNPq) Natália Emmanuelle de Faria (UFJF, bolsista de Treinamento Profissional), Nathália C. Fayer de Almeida (UFJF, bolsista de Treinamento Profissional), Elson Fabiano Alves (UFJF, voluntário). Sendo ainda estudantes de Arquitetura e Urbanismo, também participaram da pesquisa: Nicole Andrade da Rocha (UFJF, bolsista PROBIC-FAPEMIG) e Thiago da Silva Andrade (UFJF, bolsista BIC). Por fim, deve-se registrar o apoio intelectual recebido dos seguintes professores: Maria Marta dos Santos Camisassa (UFV), Raphael Barbosa Rodrigues (UFJF)

ⁱⁱⁱ Conforme http://www.fau.ufrj.br/prourb/prog_apresentacao.htm. Ver, ainda, http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2001/31001017/029/2001_029_31001017103P1_Programa.pdf. (Acessado em dezembro de 2006).